

**PÓLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO**

Rua Dantas Barreto, 139 - Caixa Postal 02 - Telefax (081)851-1160 ou 851-1144

CEP: 56.460-000 - Petrolândia-PE

C.G.C. nº. 35.677.707/0001-11

E-mail: polo@fallnet.com.br

Petrolândia-PE, 01 de Outubro de 1998.

Ofício 133/98

EX.MO SR.

GOBING NANKANI

D. D. DIRETOR DO BANCO MUNDIAL NO BRASIL

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

cod. 050 000 05

Prezado Senhor,

É do conhecimento de Vossa Senhoria que o Governo Brasileiro, visando impedir uma investigação do Painel de Inspeção, comprometeu-se junto a essa Instituição destinar ao Reassentamento Itaparica verbas orçamentárias que garantissem a sua conclusão. Constavam no orçamento da CHESF/MME para o ano de 1998, a quantia de apenas R\$ 42.300.000,00 (Quarenta e dois milhões e trezentos mil reais), somente após a mobilização política denominada "Ação Itaparica", desenvolvida pelas famílias reassentadas e suas organizações, no período de 11 a 14/março/98, o Governo Brasileiro, através da Lei nº 9.623, de 02/04/1998, destinou para o Reassentamento Itaparica, uma complementação orçamentária no valor R\$ 126.700.000,00 (cento e vinte e seis milhões e setecentos mil reais), perfazendo o total de R\$ 169.000.000,00 (cento e sessenta e nove milhões de reais), parte da quantia necessária prevista pela CHESF/MME, para conclusão do Reassentamento Itaparica, ou seja, US\$ 322.000.000,00 ( Trezentos e vinte e dois milhões de dólares).

O GERPI (Grupo Executivo para Conclusão do Projeto de Reassentamento de Populações da Usina Hidrelétrica de Itaparica), criado por indicação da Câmara de Infra-estrutura, através do Decreto Presidencial nº 2.352, de 20 de outubro de 1997, com a finalidade de definir e coordenar ações para conclusão do Reassentamento, está presente na região de Itaparica, desde o início do mês de abril/98, no entanto nada acrescentou, apesar da existência da referida verba. Verifica-se com muitas preocupações que o orçamento destinado para o Reassentamento de Itaparica em 1998, só foi utilizado para manutenção das atividades que já existiam antes da chegada do GERPI, sendo certo que nenhuma decisão nova foi implementada no período de sua atuação durante os meses de abril a setembro/98. Contrariando as justificativas e objetivos para os quais foi criado, o GERPI vem prejudicando o avanço do processo de conclusão do Reassentamento e as condições de viabilização econômica dos diversos projetos.

**Alguns fatos que comprovam essa justificativa:**

O GERPI tem-se negado a admitir a correção de erros e deficiências dos projetos e sua adequação e atualização tecnológica, o que é imprescindível face ao longo período que medeia a concepção e sua construção/operação. Por outro lado, hoje já está comprovado, pelo estudo e pela experiência, que o sucesso e a viabilidade dos projetos de irrigação no vale do São Francisco, estão intimamente ligados à fruticultura. Para tanto é necessário fazer a adequação de parte dos projetos cujos estudos já foram elaborados, fazer as adaptações dos que estão em operação e elaboração dos projetos a serem construídos com base nas novas tecnologias, especialmente com a introdução da microaspersão. Todas essas medidas são imperiosamente decorrentes da vocação ambiental e econômica da região, da necessidade de melhorar a renda e aumentar a capacidade de competição no mercado, portanto de se viabilizar a sustentabilidade dos projetos;

O GERPI vem emperrando a construção dos Núcleos Principais, nos quais serão edificados pelas Cooperativas Autogestionárias: Sede da Cooperativa; escritório de ATER; infra-estrutura de armazenamento e beneficiamento da produção; unidades de serviços públicos sociais (colégios, centro médico, posto policial, correios e posto de telefone); mercado público e pátio de feira; oficinas; alojamento e Igreja. O GERPI tem usado essa necessidade como meio de barganha pretendendo atrelar o início das construções ao processo de titulação dos lotes, mesmo sabendo que são questões completamente independentes entre si;

É verdade que o GERPI concordou com a elaboração dos projetos que estão em fase de estudo (20%) e estão sendo elaborados por técnicos indicados pelo Pólo Sindical e pela CHESF/MME, mas ao mesmo tempo afirma que o Governo não fará as obras. Ora tal posição significa descumprimento do acordo de 1.986 firmado entre o Governo Federal, representado pela Eletrobrás e pela CHESF/MME e os reassentados representados pelo PÓLO SINDICAL, CONTAG, FEDERAÇÕES E SINDICATOS. Mesmo tendo plena consciência de que a responsabilidade pela construção é do Governo, os reassentados não se negam a discutir, através de suas organizações autogestionárias, assumir a responsabilidade de conduzirem as obras, sem contudo sobrepor ou



excluir a obrigação do Estado Brasileiro no cumprimento integral do acordado. Assim, nada deve impedir o início imediato das construções dos projetos quando finalizados os respectivos estudos;

A questão relacionada com a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, é extremamente preocupante, uma vez que desde que chegou à região o GERPI vem retardando o convênio que passará em definitivo a gestão de ATER, às mãos dos reassentados, através da Cooperativa Autogestionária de cada projeto. Essa indefinição causada, entre outros motivos, pela recusa do GERPI em aceitar o PÓLO SINDICAL como administrador de ATER, vem trazendo enormes prejuízos às ações de assistência técnica e conseqüentemente à produção, como resultado da insegurança dos técnicos, ausência de planejamento a médio e longo prazos, gerando mais dificuldades para a realização dos serviços de ATER no cotidiano;

A atitude do GERPI frente às entidades autogestionárias tem sido dúbia, na medida em que admite que as cooperativas criadas sem nenhuma preparação, e movidas apenas por interesse de usar recursos financeiros do Reassentamento, possam participar do processo gerencial. Essa atitude resulta em prejuízo e desprezo a todo o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo PÓLO SINDICAL junto com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA e CHESF/MME, que colaboraram na construção das Cooperativas Autogestionárias, através de processos metodológicos que levam à a constituição participativa e democrática de Cooperativas autênticas e a serviço dos reassentados;

Para livrar-se do compromisso da construção dos projetos, ou mesmo para atender a interesses de reassentados que, após longos 12 (doze) anos sem produzir, resolvem deixar a agricultura, o GERPI vem desenvolvendo uma proposta de compensação/indenização, caso o reassentado queira transacionar seu direito. No entanto, embora o PÓLO SINDICAL não pretenda discutir valores, os critérios devem ser discutidos com a entidade que legitimamente representa os reassentados, uma vez que critérios como ser indenizado e permanecer na área são indispensáveis e a omissão desse aspecto prejudica o futuro do projeto e a estabilidade das relações sociais;

Quando estávamos elaborando este documento fomos surpreendidos pelo noticiário de jornais de circulação regional e nacional, que através das matérias parcialmente transcritas a seguir, informavam da atitude da CHESF/MME de cortar R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) do orçamento do Reassentamento de Itaparica para 1998, ou seja, 41,4% do total inicialmente definido pelo Governo Federal e Congresso Nacional.

**DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 30 de setembro de 1998 - Caderno de Economia, pág. B3**

**"FHC tira R\$ 140 milhões da Chesf"**

**"Corte no orçamento da estatal vai atingir principalmente o projeto de reassentamento de Itaparica"**

*"A redução nos gastos atingirá principalmente o projeto de reassentamento das famílias que perderam suas propriedades na construção da Hidrelétrica de Itaparica, em Pernambuco. O projeto perderá R\$ 70 milhões, metade do total cortado."*

*"Até agosto, de acordo com o último levantamento, a Chesf havia investido... 31,7% do orçamento para o reassentamento."*

**GAZETA MERCANTIL, 30 de setembro de 1998 - Caderno Nacional**

**"Chesf adia assentamentos para cortar despesas"**

*"O assentamento de Itaparica foi o mais atingido pelo corte de R\$ 140 milhões imposto pelo governo federal ao orçamento da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), na segunda-feira passada. O projeto receberia este ano R\$ 169 milhões dos quais foram subtraídos R\$ 70 milhões, afetando 1.776 famílias ou 28% da população da área de abrangência de Itaparica. Embora todas as pessoas atingidas pelas águas da barragem já tenham sido assistidas em relação à moradia, o grupo afetado pelo corte espera há 10 anos pelos lotes destinados ao plantio. Juntas, essas famílias têm direito a 5,7 mil hectares."*

Pelo exposto, em face dos compromissos assumidos por ocasião do Painel de Inspeção do Banco Mundial não estarem sendo cumpridos, solicitamos a visita dos representantes do Painel ao Reassentamento de Itaparica para uma avaliação da grave situação atual pela qual estão passando as famílias reassentadas

Sem mais, renovamos nossos votos de estima e consideração

Atenciosamente,

Eraldo José de Souza